



Evandro Mendonça
&
Advogados Associados S/C



Cataguases, 19 de julho de 2004.

À
FEAM – FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE
A/c
Diretoria de Infra-Estrutura e Monitoramento
Ilma. Alice Beatriz Pereira Soares

Ref. Ofício DIREM nº 0184/2004 / Auto de Infração nº 001543/2004.

Prezada Sra.,

CATAUTO – CATAGUASES AUTOMÓVEIS VEÍCULOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 19.526.961/0001-62, com sede no município de Cataguases, MG, à Rua Dr. Francisco Rossi, nº 86, Centro, CEP 36.770-000, vem, mui respeitosamente, por intermédio de seu advogado legalmente constituído e identificado no instrumento de procuração, anexo, *in fine* assinado, à Ilustre presença de V.Sa., no prazo legal a que se refere o art. 25 do Decreto nº 39.424, de 5 de fevereiro de 1998, e resguardando o princípio da eventualidade, apresentar defesa em face do Auto de Infração nº 01543/2004, o que faz pelos fundamentos que doravante passa a expor e a esclarecer, para ao final requerer o que segue.

DOS FUNDAMENTOS

CERCEAMENTO DE DEFESA – AUTO-DE-INFRAÇÃO – NULIDADE – VERIFICAÇÃO.

De acordo com a Auto de Infração hostilizado estaria a empresa CATAUTO lançando efluentes em desacordo com a legislação vigente, uma vez que segundo a I. "Agente Fiscal", "**o empreendimento realiza a lavagem de veículos sem caixa separadora de água e óleo**", sendo, por isso, autuada a empresa com base no que dispõe o art. 19, § 2º, inciso 4 do Decreto nº 39.424/98. A r. vistoria foi realizada em 28.04.2004.

Av. Astolfo Dutra, nº 458 - Cataguases - MG - CEP: 36770-000 - Fone: (32) 3421-5242 - 3421.5556
E-mail: advogado@acessa.com

I



Evandro Mendonça
&
Advogados Associados S/C



Dispõe o art. 19, § 2º, inciso 4 do Decreto 39.424/98, in verbis:

"Art. 19 – Para efeito da aplicação das penalidades a que se refere o artigo anterior, as infrações classificam-se como leves, graves e gravíssimas.

...

§2º - São consideradas infrações graves:

...

4. emitir ou lançar efluentes líquidos, gasosos ou resíduos sólidos, causadores de degradação ambiental, em desacordo com o estabelecido nas Deliberações Normativas";

Portanto, de acordo com o posicionamento da I. "Agente Fiscal", estaria a empresa CATAUTO cometendo uma infração grave, visto que, de acordo com o seu posicionamento, lança efluentes **em desacordo com o estabelecido nas Deliberações Normativas.**

Dispõe o art. 4º do supracitado Decreto, que os **"resíduos líquidos, gasosos, sólidos ou em qualquer estado de agregação da matéria, provenientes de atividade industrial, comercial, agropecuária, doméstica, pública, recreativa e de qualquer outra espécie, só podem ser despejados em águas interiores, superficiais e subterrâneas, ou lançados à atmosfera ou ao solo, desde que não excedam os limites estabelecidos pelo Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM, nos termos deste Regulamento"** (grifos nossos).

Assim, várias dúvidas impedem à empresa autuada de apresentar defesa coesa e embasada nas normas legais e regulamentares, visto que o auto de infração é extremamente incompleto e, portanto, inepto, o que está dificultando o direito de defesa da autuada (art. 5º, LV da CF), visto que o obargado auto de infração não satisfaz o disposto art. 24, inciso III do Decreto 39.424/98.

Várias são as dúvidas que demonstram a nulidade do auto de infração guerreado, senão vejamos:

Av. Astolfo Dutra, nº458 - Cataguases - MG - CEP: 36770-000 - Fone: (32) 3421-5242 - 3421.5556
E-mail: advogado@acessa.com



Evandro Mendonça
&
Advogados Associados S/C



- Quais são os limites estabelecidos pelo Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM? O que está estabelecido nas Deliberações Normativas? O que está em desacordo com o estabelecido nas Deliberações Normativas? Em qual dispositivo legal encontra-se estabelecida a quantidade de efluentes poderia ser lançado pela empresa, ou se nada pode ser lançado? Como e a partir de quando estaria a empresa obrigada a realizar obras para evitar o lançamento dos efluentes? Onde está inserido que a empresa realmente estaria lançando efluentes em desacordo com as 'Deliberações Normativas', visto que ao contrário do que impinge a 'agente fiscal' a empresa mantém uma 'caixa separadora de água e óleo', conforme se verifica pelas fotografias ora anexadas? Onde está inserido que a 'caixa separadora de água e óleo' que a empresa mantém está em desacordo com a legislação vigente? Qual ou quais são as Deliberações Normativas que regulamentam estas questões? etc...

Tais questões deveriam estar inseridas no auto de infração, para que, assim, a empresa autuada pudesse, diante destas questões e de suas referências legais e normativas, se defender da acusação.

Dispõe o art. 24 do Decreto nº 39.424/98 que constatada a infração, será lavrado o respectivo auto em 3 (três) vias, **devendo aquele instrumento conter, a disposição legal ou regulamentar em que fundamenta a autuação (inciso III).**

Assim, caberia a autuante fazer inserir no 'auto de infração' todas as disposições legais ou regulamentares em que fundamenta a autuação, para que, assim, pudesse a empresa autuada ter condições de realizar defesa, embasada dentro dos princípios que regem a matéria in foco.



Evandro Mendonça
&
Advogados Associados S/C



Assim não procedendo encontra-se o auto de infração eivado de nulidade, uma vez que está claramente cerceando o direito de defesa da empresa autuada (art. 5º, inciso LV da CF).

Isto posto, requer a empresa autuada que seja considerado o auto de infração nº 001543/2004, nulo de pleno direito, pelas razões supra invocadas.

**VISTORIA TÉCNICA – INFRAÇÃO GRAVE – PENALIDADE – ADVERTÊNCIA –
APLICAÇÃO.**

Se este não for o D. entendimento de V.Sa., o que se cogita ad cautelam, passa a empresa autuada a sustentar a necessidade de se aplicar, primeiramente, a advertência, e não propriamente a imposição de multa.

Verifica-se pelo auto de Infração que a empresa autuada foi vistoriada tecnicamente em 28.04.2004.

Assim, pelo 'Relatório de Vistoria' nº 006792/2004, subscrito pelo agente fiscal Sr. 'Paulo Eugênio de Oliveira', verifica-se que foi constatado que a empresa não dispõe da "caixa SAO (Separadora de Água e Óleo)".

Por isso, informou o l. agente fiscal em seu relatório de vistoria, que a instalação da r. caixa iria "solucionar o problema da emissão de efluentes oleosos".

A empresa CATAUTO foi autuada por estar cometendo infração grave segundo o que dispõe o art. 19, § 2º, 4 do Decreto 39.424/98, sendo cientificada que poderia apresentar defesa dirigida à Fundação Estadual do Meio Ambiente, no prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento deste auto de infração (art. 25, do Decreto 39.424/98).



Evandro Mendonça
&
Advogados Associados S/C



Assim, a bem da verdade, esta irmã identificadora de Justiça, jamais, em tempo algum, a empresa CATAUTO havia sido vistoriada anteriormente por qualquer agente fiscal da FEAM ou do COPAM.

Por isso, jamais foi a empresa advertida por agentes fiscais da FEAM ou do COPAM para que efetivamente instalasse a "caixa SAO (Separadora de Água e Óleo)" no lavador, e bem assim, se está ou não obrigada ao licenciamento do Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM, a que se refere o art. 8º do Decreto 39.424/98, para o desempenho de suas atividades, sobretudo, lavagem de veículos.

Acreditava a empresa atuada estar agindo dentro das normas regulamentares, uma vez que mantém, em seu lavador de veículos, uma caixa, que na sua concepção seria a caixa separadora de água e óleo (SAO), conforme se verifica pelas fotografias, em anexo.

Portanto, antes de se aplicar qualquer penalidade à empresa requer a empresa atuada que a FEAM digne-se de manifestar, por escrito, se a caixa existente no lavador e objeto das fotografias, em anexo, não é a "Caixa SAO"; se é necessário, assim, fazer reformas nesta já existente; ou se é necessário a instalação de uma nova caixa, sendo, pertinente, portanto, neste caso, que a FEAM forneça, se possível, uma projeto da caixa SAO, inclusive de instalação.

Verifica-se que o próprio agente fiscal manifestou que a simples "instalação da caixa irá solucionar o problema da emissão de efluentes oleosos".

Portanto, antes de se aplicar a penalidade de multa a que se refere o inciso II do art. 18 c/c art. 21 do Decreto 39.424/98, requer, pois, a empresa atuada, que a FEAM, órgão seccional de apoio ao COPAM, nos termos do art. 26 do referido Decreto, digne-se de aplicar a penalidade a

Av. Astolfo Dutra, nº458 - Cataguases - MG - CEP: 36770-000 - Fone: (32) 3421-5242 - 3421.5556
E-mail: advogado@acessa.com

V



Evandro Mendonça
&
Advogados Associados S/C



que se refere o inciso I do art. 18 do Decreto 39.424/98 c/c art. 16, I da Lei 7.772/80, ou seja, a advertência, por escrito, outorgando à atuada um prazo para que realize a instalação da "caixa SAO (Separadora de Água e Óleo)", em seu lavador, afim de que a empresa possa se adequar às normas ambientais e regulamentares do COPAM.

Roga a empresa atuada que a FEAM a oriente no projeto de construção e instalação da caixa Separadora de Água e Óleo, e se possível, que a envie um projeto que seja adequado à normas ambientais.

Requer, assim, que a penalidade de advertência seja comunicada por escrito à empresa atuada, através de carta registrada, com Aviso de Recebimento, tal como determina o art. 29 do Decreto 39.424/98.

Termos em que, respeitosamente,

Roga Deferimento.

Cordialmente,

Pp.


Leonardo Henriques de Mendonça

OAB/MG 76.569.